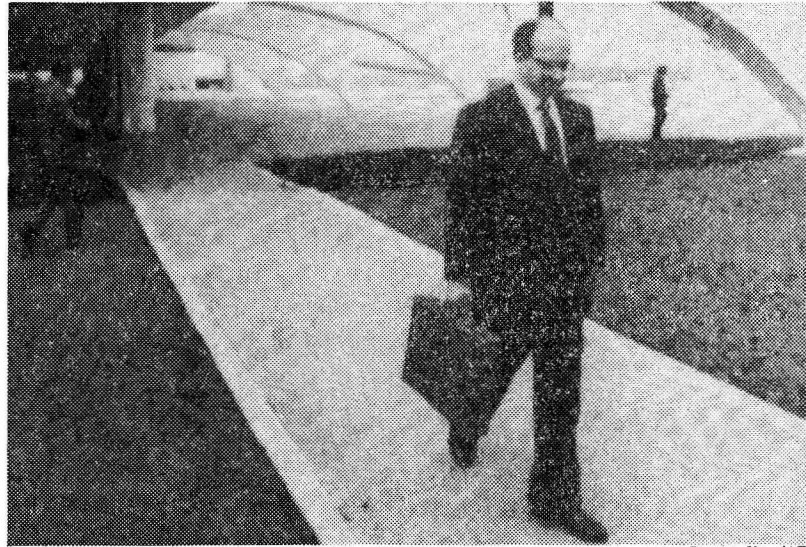


Acordo mexicano não é ideal, conclui governo

Fonte do Planalto diz que o acordo feito com as Filipinas é mais vantajoso para Brasil

BRASÍLIA — O governo brasileiro, depois de uma cuidadosa análise dos termos do acordo de redução da dívida externa do México, chegou à conclusão de que ele não seria vantajoso para o Brasil. Segundo uma qualificada fonte, o acordo do México cria para o País a obrigação de atender a uma série de condições, de tal forma que não poderá sequer atrasar futuros pagamentos, se a conjuntura econômica assim indicar. “É um acordo amplo, mas de resultados duvidosos”, afirmou a fonte. Na avaliação do governo brasileiro, um acordo de redução da dívida externa brasileira poderia ser inspirado no esquema negociado pelas Filipinas. O assunto foi discutido pelas autoridades brasileiras durante a estada em Brasília do embaixador em Washington, Márcilio Marques Moreira.

São muitas as diferenças entre os dois acordos. O do México deixa abertas aos bancos três opções: redução de até 35% do principal, redução das taxas de juros para 6,25%, e concessão de dinheiro novo. Há um esquema de garantia do governo americano que, na prática, impede o México de atrasar, futuramente, seus pagamentos. Além do mais, há uma cláusula que prevê o ressarcimento pelo México de parte



Protásio Nêne/AE

Márcilio Moreira deixa o Planalto: boas perspectivas com o FMI

do prejuízo dos banqueiros decorrente da redução da dívida, caso as condições econômicas mexicanas melhorem (seria o caso, por exemplo, da recuperação dos preços do petróleo). O governo filipino, ao contrário, acertou um esquema voluntário de redução de sua dívida de US\$ 27 bilhões. O esquema abrangerá uma parcela reduzida dessa dívida, mas permitirá que, sobre essa parcela, as Filipinas se beneficiem integralmente do deságio de seus papéis, hoje em torno de 50%. Além do mais, não estabelece condições semelhantes às impostas ao México.

Ontem, o embaixador Márcilio Marques Moreira tomou o café da manhã com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e manteve um encontro de 15 mi-

nutos com o presidente José Sarney. Márcilio sustenta que são boas as perspectivas de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes do dia 15 de setembro, data em que vencem compromissos de US\$ 1,6 bilhão com os bancos comerciais.

O embaixador retorna neste final de semana aos Estados Unidos, onde pretende manter conversações com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, e com autoridades do Banco Mundial e do FMI. “A inflação de 28% não nos aproxima da ortodoxia do FMI, mas existem dados positivos na economia e, portanto, são razoáveis as condições para um acordo”, disse o embaixador, logo após o encontro com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto.